

A SUSTENTABILIDADE DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ – CEARÁ

GERMANA FERREIRA ROLIM

Universidade Federal do Ceará
germana.rolim@ufc.br

ROBERTA LIMA DA SILVA

FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO
robertalima_ce@yahoo.com.br

Área temática: Gestão Socioambiental

A SUSTENTABILIDADE DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ – CEARÁ

Resumo

A economia solidária ganha importância ao fomentar o crescimento de empreendimentos, pois torna-se uma alternativa no mercado de trabalho e para o processo de produção. Devido a complexidade de valores coletivos, a sustentabilidade desses empreendimentos não deve ser restrita ao resultado econômico e o sucesso não deve prever apenas o aspecto mercantil. Reis (2005) propõe uma análise multidimensional da sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária: dimensão econômica (mercantil, não mercantil e não monetária), social (construção do vínculo associativo), política (no nível interno e no nível institucional) e dimensão gestão (infra-estrutura e conhecimento). Sendo assim, o trabalho objetiva analisar a sustentabilidade dos Fundos Rotativos Solidários nas dimensões econômicas, social, política e gestão e pergunta-se: Como está a sustentabilidade dos FRS no município de Quixadá-Ceará? A pesquisa qualitativa é um estudo de caso e o levantamento dos dados foi realizado através de pesquisa documental e pesquisa de campo com entrevistas baseadas em questionário previamente elaborado. Na análise dos resultados, utilizou-se o trabalho de Reis (2005). Pode-se observar que a sustentabilidade dos FRS estudados está comprometida, considerando a multidimensionalidade da sustentabilidade em organizações de economia solidária.

Palavras-chave: economia solidária, sustentabilidade, empreendimentos de economia solidária.

Abstract

Solidarity economy has gained importance for fostering new enterprises. These new endeavors have become a career option for professionals and also an alternative for the traditional production processes. Given the complexity of collective values, sustainability of such enterprises cannot be evaluated solely by its economics' and market's results. Reis (2005) proposes a model for multidimensional analysis of sustainability of solidarity economy enterprises that comprises economical, social, political and managerial dimensions. This work aims to apply such model to analyze the sustainability of Fundos Rotativos Solidários (FRS) enterprises in the city of Quixadá/Ceará. This qualitative research is a case study based on documentary analysis and field interviews. Based on Reis' model, we observed that FRS's sustainability is compromised.

Word-key: solidary economy, sustainability, enterprises of solidary economy.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980, no Brasil, a pobreza e as desigualdades sociais se manifestaram associadas a altos níveis de desemprego e de exclusão do mercado de trabalho. Como reação a esse cenário, valores baseados na chamada Economia Solidária, como cooperação, igualdade, trabalho coletivo, ganharam força no âmbito do país, abrindo espaço para o crescimento de associações e cooperativas baseadas nesse tipo de economia. (TEIXEIRA; HIGUCHI, 2011). O MTE (2009) defende que economia solidária e trabalho não são temas exóticos ou periféricos e que, na verdade, a primeira combate a crise do capitalismo ao promover alguma diversidade no mercado de trabalho. Em seu projeto de economia solidária, Lima (2010) faz a reflexão de que a economia solidária é uma nova visão do processo de produção tendo como característica principal a liberdade, determinando ações a serem tomadas pelos trabalhadores frente às dificuldades de exclusão. E Singer (2000) afirma que economia solidária é uma estratégia de mercado, são formas inéditas de organizar a produção, dando a muitos trabalhadores oportunidades de emprego individual ou coletivamente.

O presente artigo tem como tema central o chamado Fundo Rotativo Solidário (FRS) considerado uma das fontes de recursos financeiros, os FRS são finanças solidárias que objetivam diminuir a dificuldade que a falta de financiamento inicial acarreta aos negócios da Economia Solidária. Rahmer (2009) define que FRS como uma fonte de financiamento para novos empreendimentos da economia solidária, que promove inclusão da população no mercado de trabalho através do acesso ao microcrédito, contribuindo para o desenvolvimento local pela interação das organizações com as comunidades.

Os FRS estudados foram formados no município de Quixadá, cidade polo da região conhecida como Sertão Central do Ceará, distante cerca de 160 km da capital. Possui 13 distritos, incluindo a sede, população residente recenseada em 2010 de 80.604 habitantes com 71,32% considerada população urbana. De acordo com relatório do IPECE (2013), a estimativa para o ano de 2013 era de 82.258 habitantes, 9.501 postos de emprego formal concentrados em 71,50% no setor de serviços (90,3% concentrados na Administração Pública) e agroindústria. Foram selecionados os FRS apoiados pelo Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS), organização não governamental que trabalha com linhas de atuação voltadas para apoio e fomento a promoção da educação, execução de trabalhos e qualificação profissional; além de procurar o fortalecimento de iniciativas de trabalho e renda, economia solidária e cooperativismo.

O trabalho teve como objetivo analisar a sustentabilidade dos Fundos Rotativos Solidários nas dimensões econômicas, social, política e gestão e pergunta-se: Como está a sustentabilidade dos FRS no município de Quixadá? A pesquisa qualitativa é um estudo de caso e o levantamento dos dados foi realizado através de pesquisa documental e pesquisa de campo com entrevistas baseadas em questionário previamente elaborado. Na análise dos resultados, utilizou-se o trabalho de Reis (2005) que objetivou a proposta e identificação de parâmetros para a análise de empreendimentos econômicos solidários, se esses são sustentáveis e se vão além de aspectos técnicos, envolvendo questões associativas, de compromisso e responsabilidades. O trabalho da autora lança alguns parâmetros para a compreensão da dinâmica da sustentabilidade em organizações de economia solidária partindo do pressuposto de que a sustentabilidade em tais iniciativas não se define apenas por aspectos econômicos.

O trabalho iniciou-se com uma explanação sobre o tema central e, logo após, deu-se ênfase aos Fundos Rotativos Solidários presentes no município de Quixadá – Ceará. Em seguida, os métodos e técnicas de pesquisa foram detalhados, os resultados foram relatados e as considerações finais foram apresentadas.

2 FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO

A Economia Solidária vem após o “capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (SINGER; SOUZA, 2002, p. 24). A economia solidária é baseada em valores como a coletividade, solidariedade e cooperação.

A Economia Solidária é o conjunto das atividades de produção, prestação de serviços, distribuição, comercialização, consumo e crédito para geração de trabalho e renda, baseado no trabalho coletivo, na cooperação, na solidariedade, na autogestão, na sustentação econômica, na sustentabilidade ambiental e nas diversas formas de compartilhamento, buscando o benefício social e o cuidado com o meio ambiente. (Cartilha dos Fundos Solidários, 2012, p.10).

Os empreendimentos, dentro da economia solidária, são de pequeno porte, com produção em pequena escala e informais nos seus processos, conforme identifica Lima (2010). Ainda de acordo com o autor, esse tipo de economia envolve a participação, solidariedade, autogestão em respeito ao meio ambiente, sendo que o lucro não é o principal objetivo, pois a produção é feita pelos próprios trabalhadores e a comercialização é realizada na própria localidade. Podem ser constituídos por jovens, artesãos, agricultores aposentados entre outros, e é desenvolvido tanto em zona urbana quanto rural, abrangendo todos os públicos. Barbosa (2006) abrange Economia Solidária como uma prática econômica que está fora das formalidades salariais, citando exemplos como o vendedor ambulante, serviços autônomos, confecções, agricultura entre outros. E que embora haja interesses individuais, o foco é abranger o coletivo e a solidariedade.

Oliveira e Duque [2006?] afirmam que a figura do Fundo Rotativo Solidário surgiu em 1993, no Brasil, no Cariri da Paraíba, mais precisamente na Comunidade Rural de Caiçara, município de Soledade, como um sistema de poupança comunitária, através da contribuição de famílias onde os recursos adquiridos circulariam na própria comunidade e, após o uso desse recurso, deveria haver a devolução para o benefício de outras famílias, esse encadeamento ficou conhecido como finanças solidárias, ramo da Economia Solidária. O objetivo, no episódio citado, das finanças solidárias e do fundo era disponibilizar recursos às famílias para a construção de cisternas de placa, pois a seca afetara o município.

O fundo solidário não é uma entidade jurídica. Ele não é inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e funciona sem intermediação de um banco ou outra instituição financeira; é gerenciado pelos próprios sócios, em muitos casos com a ajuda de uma entidade de apoio, sem fins lucrativos. (Cartilha dos Fundos Solidários, 2012, p. 20).

Os interesses coletivos, a solidariedade, são instrumentos fundamentais de geração e renda, relata Santos Filho (2010, p. 14). E que através de uma poupança coletiva dão ênfase a projetos comunitários, são disponibilizados através de recursos financeiros não reembolsáveis para o apoio a instituições que executam projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços, com um financiamento mais barato e acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso democrático e solidário ao crédito. Segundo Rocha e Costa (2005), os Fundos Rotativos Solidários são constituídos pela contribuição de famílias ou tendo acesso a um capital externo, através de um sistema de crédito retornável, experiência que pode ser apreendida como motivação para formulação de políticas públicas de financiamento mais acessíveis à agricultura familiar. O acesso ao crédito dá-se por meio de

entidades como os bancos comunitários, cooperativas de créditos, programas de microcrédito vinculados a entidades de apoio e fomento aos FRS.

O MTE (2007) destaca a atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) nas finanças solidárias, que se destaca como principal banco público e dono do maior programa de microcrédito tem maior divulgação de experiência em fundos solidários atendendo o mercado e público distintos, oferecendo financiamentos reembolsáveis com o objetivo a inclusão econômica e social. O FRS não envolve juros financeiros e Rahmer (2009) afirma que não é um instrumento financeiro, mas sim uma ação coletiva envolvendo formação e capacitação. O Fundo Rotativo Solidário tem apoio financeiro do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no intuito de suprir as necessidades financeiras e sociais dos trabalhadores, servindo segmentos de mercado e públicos distintos, através de uma poupança, e, em 2003, aderiu a prática de políticas públicas fomentadoras de fundos solidários.

Segundo Reis (2005), há uma grande mobilização na formação de entidades, cooperativas, instituições, associações que trabalham para o desenvolvimento da Economia Solidária, na coleta de dados, no apoio, através de assessoria, capacitação e assistência técnica na formação e execução de projetos que tem como foco o fortalecimento da economia, entidades que captam recursos através de parcerias com bancos e o governo.

A forma como os Fundos Rotativos Solidários surgiram em Quixadá-CE deu-se por meio de um conjunto de atividades desenvolvidas executadas pelo Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS), organização não governamental que trabalha com linhas de atuação voltadas para apoio e fomento a promoção da educação, execução de trabalhos e qualificação profissional; além de procurar o fortalecimento de iniciativas de trabalho e renda, economia solidária e cooperativismo. A atuação do CDTIS inicia-se na elaboração e desenvolvimento do projeto dos grupos, além da procura por parceiros como bancos, entidades, órgãos municipais. A partir disto, ocorrem visitas locais nos distritos e/ou bairros objetivando a mobilização de pessoas para formar os grupos. Ainda atua na realização de capacitação em cursos em áreas de interesse da comunidade.

O primeiro projeto foi viabilizado por uma parceria firmada entre o CDTIS e o BNB, intitulado Mãos Que Recriam – Territórios Produtivos e Solidários, atuando entre os anos de 2009 e 2010 com 07 (sete) grupos nas áreas de artesanato, corte e costura, agricultura, pecuária e alimentação. De acordo com relatórios internos da entidade, beneficiou cerca de 40 famílias. Em 2011, foi criado um novo projeto, chamado Fortalecimento de Grupos Produtivos e Solidários, que beneficiou cinco comunidades e atendeu cerca de 50 famílias. Atualmente, os grupos beneficiados pelos projetos do Fundo Rotativo Solidário viabilizado pelo CDTIS estão situados em localidades e bairros como: Cipó dos Anjos, Fazenda Piloto, Vertentes, Jerusalém, Monte Alegre, Cedro e Renascer, Café Campestre e Califórnia. Atendendo em torno de 50 famílias que tem como principal fonte de renda a agricultura.

O processo de aquisição dos recursos para os grupos iniciais dava-se pelo interesse relatado pelos próprios participantes daqueles grupos. O CDTIS realizava visitas técnicas e encontros com os interessados para discutir as necessidades do grupo, eram temas das discussões a matéria prima que seria utilizada, os equipamentos, o espaço e os custos iniciais da execução do projeto. Na ocasião da realização dos encontros, eram lavradas atas e assinados termos, individuais e coletivos, discriminando os valores que seriam pedidos ao BNB e, no caso da liberação do recurso, quantas parcelas seria feita a devolução.

A forma como os grupos são geridos classifica-os como grupos autogestionários, pois são empreendimentos que são geridos pelos próprios trabalhadores organizados coletivamente e seguindo os princípios democráticos onde não há uma hierarquia, e sim um consenso onde todos trabalham em prol da coletividade (SINGER, 2008 apud MOTA, 2009).

De acordo com os dirigentes do CDTIS, dos grupos iniciais formados entre 2009 e 2011, poucos mantêm a formação original. Desentendimento entre os integrantes, falta de

produção, organização e compromisso estão entre os motivos relatados. Os que permanecem em funcionamento enfrentam dificuldades, causadas por razões climáticas, como os grupos de agricultura e hortaliças, e pela falta de valorização do produto no mercado local, como os de costura e artesanato, dificultando a captação e recursos e de clientes.

Os grupos de costura e artesanato, juntamente com o CDTIS, organizam feiras solidárias, onde há a exposição e divulgação dos produtos em diversas localidades e na sede do município, objetivando a motivação dos participantes, a valorização junto às comunidades, a divulgação e o fortalecimento da cultura solidária, além do intercâmbio entre grupos de comunidades diferentes.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso (YIN, 2001), de caráter qualitativo e descritivo (FABIANE, 2007). Para a realização deste trabalho, foram necessários o uso de técnicas de coleta de dados de análise documental e entrevistas. Teve-se acesso aos relatórios, atas, documentos de compromisso e registros fotográficos do Centro de Desenvolvimento Integrado ao Social (CDTIS). Após a fase de revisão bibliográfica, elaborou-se um roteiro para a entrevista com os grupos solidários, havendo integração do entrevistado com os participantes. O roteiro de entrevista foi baseado no trabalho de Reis (2005) que foi adaptado a realidade pesquisada e ao objetivo proposto, respeitando as dimensões social, econômico, gestão e política.

O trabalho de Reis (2005), de abordagem qualitativa, teve como objetivo propor e identificar os parâmetros para a análise de empreendimentos econômicos solidários. Procura analisar a sustentabilidade dos empreendimentos no mercado de trabalho e se atuam além de aspectos técnicos, envolvendo questões associativas, de compromisso e responsabilidades, valores incentivados pela Economia Solidária. Um dos produtos da pesquisa da autora é um quadro analítico (QUADRO 01) para melhor compreensão de como esses empreendimentos se mantêm com autonomia institucional, democratização nos processos decisórios, sociabilidade comunitária e finalidade multidimensional. O quadro foi dividido em quatro dimensões: econômica, social, política e gestão.

A dimensão econômica, segundo Reis (2005), não se restringe à economia de mercado, havendo sim outros princípios tais como: domesticidade, reciprocidade e redistribuição; interagindo em trocas: mercantil, não mercantil e não monetária. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Os recursos financeiros e não financeiros podem ser de fontes: do mercado, através da comercialização de produtos e serviços; fora do mercado, fontes governamentais, não governamentais e doações e ações não recíprocitárias.

A análise da dimensão social utiliza o padrão de sociabilidade e o grau de coesão social, para compreender como este vínculo interfere no funcionamento da organização. (REIS, 2005, p. 111). A construção do vínculo associativo estabelece o grau de relacionamento entre os integrantes, através de dois indicadores: padrão de sociabilidade - primário e secundário ou misto - e grau de coesão social. Primário define as relações de família, amizade, comunitárias e de vizinhança; e a secundária dá-se por meio de relações profissionais, papéis e funções desempenhadas. E o grau de coesão social opera processo o produtivo interno e toda a dinâmica organizacional. É possível que um grupo mais coeso empenhe-se mais no trabalho e na busca pelos objetivos coletivos.

Um elemento que pode identificar e distinguir os empreendimentos de economia solidária é sua dimensão política. Se há participação de todos, e para isso sua análise tem os seguintes componentes: nível interno e nível institucional. No nível interno iremos analisar os graus de democracia interna e o de comprometimento. O grau de democracia interna segundo França Filho e Laville (2004) *apud* Reis (2005), que é a democratização dos processos

decisórios. Onde a gestão é realizada pelos próprios membros, fazendo com que se sintam empenhadas e engajadas positivamente, fazendo com que participem das atividades e do processo decisório realizado. Já o grau de comprometimento analisa se os indivíduos são comprometidos ou não, se cooperam em ter um objetivo em comum.

QUADRO 01
As Dimensões Analíticas

DIMENSÃO	COMPONENTES	INDICADORES
ECONOMICA	Mercantil	Venda produtos/serviços
	Não mercantil	Subsídios governamentais (nível institucional)
		Subsídios não governamentais (nível institucional)
		Doações monetárias (nível individual)
	Não monetário	Trabalho voluntário
Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva).		
SOCIAL	Construção do vínculo associativo	Padrão de sociabilidade
		Grau de coesão social
POLÍTICA	Nível interno	Grau de democracia interna
		Grau de comprometimento
	Nível institucional	Existência de ação pública
		Nível de articulação em redes
		Grau de autonomia institucional
GESTÃO	Infraestrutura	Acesso aos meios de produção
		Acesso a tecnologias gerenciais
		Acesso a espaço físico
	Conhecimento	Habilidade técnica
		Habilidade gerencial
		Formação geral (sociopolítica)

Fonte: adaptado de Reis (2005).

O nível institucional representa a ação ou a interação da iniciativa com o meio ambiente externo. Os indicadores para a análise são os seguintes: a existência de ação pública, o nível de articulação em redes e o grau de autonomia institucional. A existência de ação pública dá-se por meio da dimensão econômica, uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público. Isto significa que ela representa as relações entre as iniciativas e a comunidade, a sociedade ou com o mundo que a cerca. O nível de articulação em redes dá por meio da capacidade do empreendimento ter parcerias, com ONGs, cooperativas, se o empreendimento não souber articular parceria ele não será sustentável. O grau de autonomia institucional, segundo França Filho e Laville (2004) *apud* Reis (2005), é um dos traços que caracterizam os empreendimentos solidários, que significa a não subordinação das iniciativas ao controle de outras instituições e a gestão própria e independente. Tem haver com a capacidade de autogestão dos membros, se estão aptos para gerenciar e organizar a política do negócio.

Ainda de acordo com a autora, a dimensão gestão é vista de forma democrática, geridas pelos próprios integrantes. Para a análise da gestão os componentes são: infraestrutura e conhecimento. A infraestrutura dá-se por meio dos recursos físicos necessários, tais como: acesso aos meios de produção: maquinário e equipamentos apropriados para produzir e ter qualidade nos produtos e serviços oferecidos; acesso a tecnologias gerenciais: utilização de métodos de controle gerencial, como por exemplo, o uso de planilhas eletrônicas; e acesso a

espaço físico: se o local é apropriado para o desenvolvimento de atividades produtivas. O conhecimento analisa-se por meio de habilidade técnica produtiva: capacidade técnica de elaboração de produtos e serviços a serem oferecidos; habilidade gerencial: técnicas de conhecimento em diferentes áreas como produção e gestão, assim o empreendimento pode ser autônomo, e sem sofrer interferências; e formação geral (sociopolítica): desenvolvimento de cultura cooperativa, solidária e empreendedora, através da capacitação oferecida por entidades envolvidas com este procedimento.

Na Pesquisa de campo, temos como principal fonte de coleta a entrevista semiestruturada com os grupos solidários formados e apoiados pelo CDTIS, que terá como foco o desenvolvimento e a história de vida dos grupos envolvidos, interagindo com o entrevistado. Um roteiro inicial foi elaborado para guiar o entrevistador baseado no roteiro sugerido por Reis (2005). Foram escolhidos dois empreendimentos solidários, com mesmo segmento produtivo, em comunidades distintas, ambos localizados no município de Quixadá – Ceará. Os grupos selecionados para a realização da pesquisa são o de Corte e Costura das comunidades Vertentes e da comunidade Café Campestre. A escolha dos grupos seguiu os seguintes critérios: indicação dos CDTIS dos grupos iniciais remanescentes, atuação no segmento de corte e costura, aceitação do termo de liberação do uso dos dados colhidos nas entrevistas e identificação do nome do grupo, composição do grupo predominantemente feminina e o fundo solidário estar sendo fomentado com recurso do BNB. As entrevistas foram realizadas em outubro de 2013, estavam presentes nas entrevistas as participantes que atuavam ativamente em cada um dos grupos. Com as entrevistas concluídas, analisaram-se as respostas individualmente e compararam-se as respostas dos dois grupos entrevistados.

4 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os grupos que foram escolhidos para a realização da entrevista, embora com o mesmo segmento econômico, Corte e Costura, poderemos analisar e comparar pelas histórias, cultura, crença, quantidade de membros envolvidos, baseando-se no quadro analítico apresentado anteriormente, diferenças na indicação de sustentabilidade dos grupos solidários do município de Quixadá – Ceará. Não tem registro ou formalização, são empreendimentos informais, que atuam na comunidade que pertencem. As informações descritas nesta seção foram retiradas das entrevistas realizadas junto aos membros dos grupos citados..

O grupo solidário Vertentes Confecções, surgiu através de um curso de corte e costura oferecido pelo governo municipal em 2009, com a duração de um mês, com a intenção de gerar emprego e renda às famílias da comunidade. O curso iniciou com 13 pessoas que executavam e comercializavam peças fabricadas em grupos, o dinheiro arrecadado era utilizado para aquisição de matéria prima. No final do curso, restou apenas 5 mulheres, que continuaram com o mesmo princípio de vender e logo após repor matéria prima para produção. Em 2011, o grupo contava com 3 participantes e através de uma pessoa ligada ao CDTIS, foi feita a proposta de fortalecer o grupo economicamente e socialmente, para que pudessem continuar suas atividades com mais segurança e ter estabilidade. O grupo articulou entre si, analisando o que precisava para executar sua atividade, realizou pesquisa de preço, e foi liberado recurso da parceria com o BNB para a compra de equipamentos e materiais.

Na dimensão econômica, o grupo teve acesso a R\$ 800,00 para a compra de máquinas, móveis e matéria prima. Para repor o dinheiro emprestado, deram início a produção de roupa íntima e roupas de dormir, os canais de distribuição e comercialização foram citados como maiores dificuldades, também relataram a falta de um cliente fixo que comprasse em grande quantidade, prática comum na indústria de confecção cearense. Na época, uma solução proposta pelo grupo foi participar das feiras solidárias realizadas pelo CDTIS, além de

comercializar as mercadorias por venda direta nas residências da comunidade. De acordo com as entrevistadas, nem sempre houve lucro excedente para dividir entre os membros do grupo, embora elas tenham relatado que o valor arrecadado cubra os gastos da produção.

Com relação a dimensão social, o grupo considera que há uma relação profissional. Pois duas integrantes estavam comprometidas, comparecendo ao local de produção todos os dias, cumprindo horários. A terceira integrante não comparece, de acordo com o relato, por falta de uma máquina de costura. A relação entre as integrantes foi considerada como boa, não havendo conflitos e declararam que se ajudam quando é preciso. As integrantes declararam não se interessar na ampliação do número de pessoas, pois se consideram satisfeitas com a dinâmica social do grupo.

Quanto às dimensões política e de gestão, pode-se apurar que não há aquela que lidera, elas conversam e decidem o que fazer, sem interferência de entidades externas. Houve um nivelamento básico sobre gestão empresarial no início do projeto, por isso, as integrantes relatam que não tem dificuldade em calcular e fazer os orçamentos. De acordo com as entrevistas, há um sistema em que são feitas anotações do que foi vendido e do que foi pago. Consideram seus produtos de boa qualidade, nunca receberam reclamações dos clientes. O grupo relata que possui autonomia de decidir seu 'destino', inclusive pensa em refinar com o CDTIS para comprar mais equipamentos e matéria prima.

No primeiro grupo nota-se que a principal dificuldade é a questão da comercialização, as vendas, pois as integrantes assumem que não gostam de vender e não foram capacitadas para tanto. Pôde-se perceber que a outra dificuldade está na questão da abertura para a entrada de novos membros, pois para elas não seria necessário e sentem satisfeitas com a composição do grupo. Mas, almejam a ampliação do empreendimento, visam mais cliente, mais produção, então poderiam sim convidar mais participantes que tivessem qualificação para costura ou vendas.

A formação do segundo grupo estudado teve um início semelhante. Uma pessoa envolvida em desenvolvimento de projetos da prefeitura da cidade foi até a comunidade Café Campestre oferecendo um curso de corte e costura para as mulheres da região em 2009. A instrutora trouxe os equipamentos e os materiais, cedidos pela prefeitura, e começaram a aprender a confeccionar roupas íntimas e roupas de dormir. O curso foi realizado na casa de uma das alunas. O curso deu início com 15 mulheres, após o término do curso restaram apenas 07 mulheres. O CDTIS entrevistou ao final do curso, propôs ao grupo fazer parte do Projeto Mãos Que Recriam executado pelo CDTIS e patrocinado pelo BNB, explicaram como era o processo do fundo rotativo e como seria a devolução do recurso. As participantes, juntamente com o CDTIS, fizeram o levantamento necessário de equipamentos e matéria-prima para o início das atividades. O espaço foi cedido por uma moradora da comunidade. No decorrer da produção algumas mulheres foram se desligando do grupo, pois não estava gerando o lucro que esperavam, pelo relato das entrevistadas.

Com relação à dimensão econômica, tem os principais clientes os moradores da comunidade, lojistas de Quixadá e de outras cidades que encomendam em grande quantidade. O lucro, quando sobra, é dividido entre as integrantes, mas relatam a prática de pagar as despesas primeiramente, além de retirar valores para compra de novos materiais e melhoria dos equipamentos. Declararam que o valor dividido fica entre vinte a cinquenta reais para cada. O apoio do grupo vem diretamente do CDTIS através dos projetos executados, participam de eventos como as reuniões e as feiras solidárias para divulgação e comercialização dos materiais. Realizam viagens para compra de material em Fortaleza. Elas declaram que possuem o conhecimento necessário para realizar as compras, fazer orçamentos e calcular as receitas e despesas, já que participaram de um curso de capacitação.

No âmbito social o grupo contava, na época, com 04 integrantes ativamente, mas apenas uma ia diariamente ao local de trabalho e relatava falta de comprometimento e

dedicação das demais mulheres. As ausências diárias também comprometiam a produção quanto ao prazo de entrega dos produtos. Quanto às dimensões política e de gestão, costumam contar com ajuda de terceiros, que não fazem parte do grupo. Relataram que os motivos dos desligamentos são por questões familiares e pessoais, além do pouco lucro. Mas, mesmo aquelas desligadas do grupo, dizem que se respeitam e se ajudam quando estão com dificuldades. Quanto à política estabelecida pelo grupo, há aquela que decide, pois participa mais ativamente da produção. Embora ausentes, as demais integrantes procuram saber o que se passa no processo decisório do grupo, participando dos encontros e das reuniões.

No segundo grupo, é notável a falta de comprometimento e dedicação das demais integrantes, acarretando no desgaste do grupo e, conseqüentemente, do negócio. A única participante ativa no empreendimento hoje, não consegue ter uma postura mais rígida e deixa que as demais não participem das decisões, ocasionando atrasos na produção. O grupo acaba se desgastando, e perdendo os princípios de coletividade e solidariedade que foram implantados pelo primeiro projeto e dariam continuidade com a segunda etapa com projeto Fortalecimento de Grupos Produtivos e Solidários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Quixadá-CE necessita de novos postos de trabalho, bem como modificação no mercado do trabalho. A proposta de diversos autores (TEIXEIRA; HIGUCHI, 2011; MTE, 2009; LIMA, 2010) que defendem a Economia Solidária como incentivadora na geração de renda e emprego poderia ser aplicada à região. Os FRS estudados iniciaram suas atividades seguindo diretrizes de autores como Rahmer (2009), Santos Filho (2010) e Rocha e Costa (2005) que pregam valores sociais, solidários e desenvolvimento local. Contudo, a realidade dos grupos mostra que recursos levantados não se revertem para as famílias e não geram benefícios comunitários. Os grupos solidários não tiveram grande impacto na interação social das localidades estudadas, conforme defende Reis (2005), sendo que os valores solidários não foram suficientes para assegurar a coesão e o comprometimento dos grupos.

As dimensões econômicas e sociais mostram boas perspectivas. As alternativas de comercialização e subsídios governamentais podem ser mais bem utilizadas ou modificadas para garantir a circulação das mercadorias. Nota-se que o grupo que apresenta desvantagem na dimensão econômica poderia ter a situação revertida se novos canais de comercialização fossem abertos. A dimensão gestão foi atendida no início das atividades dos grupos, contudo notou-se que a ONG que faz a assessoria técnica não tem planos de novas capacitações ou cursos de reciclagem nas áreas de produção e vendas, também não foram encontrados iniciativas de formação nos valores solidários. A dimensão política mostrou-se deficitária nos dois grupos. Sendo a dimensão que mais compromete a sustentabilidade dos grupos, seja pela ausência de indícios que assegurem, interna ou institucionalmente, as relações políticas necessárias ou por qualquer iniciativa de mudança na realidade encontrada. Como consequência, os grupos sofrem com falta de comprometimento e grande número de desistências pelos membros constituintes.

De acordo com o CDTIS, a realidade de outros grupos solidários não pesquisados pelo trabalho é mais crítica, pois não executaram o que foi combinado no projeto inicial, faltando com compromissos financeiros e com a organização. Os demais grupos estavam à época inadimplentes com o BNB, principal financiador externo do recurso liberado para iniciar a produção. A taxa de desligamento de membros era maior do que as dos grupos estudados, muitos grupos desfeitos. Um consenso entre os grupos remanescentes e a ONG é que o enfraquecimento dos grupos deu-se pela falta de incentivo aos valores solidários, coletividade e solidariedade principalmente. Nos próximos projetos a serem executados pelo CDTIS, há o desejo de captar trabalhadores que se comprometam com os princípios do Fundo

Rotativo, uma experiência solidária, que abrange o coletivo onde todos trabalham em prol de um objetivo em comum que fundo não é um instrumento financeiro e que na verdade vem para ajudar as famílias, a comunidade e passar adiante esse benefício às demais famílias.

No âmbito da economia solidária, não se pode pensar na sustentabilidade apenas no aspecto econômico, mercantil. Ela deve ser pensada como uma sustentabilidade multidimensional em que o econômico aparece indissociado do social, do político e de aspectos da gestão participativa. Assim, no longo caminho em busca da sustentabilidade, é preciso que se considerem todas as dimensões em conjunto. Por isso, devemos considerar o comprometimento da sustentabilidade dos empreendimentos solidários abrangidos na presente pesquisa. Uma limitação do modelo, como consequência da pesquisa, é a inexistência da dimensão ambiental ou ecológica que deve ser considerada nos empreendimentos do agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S. e. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, (MTE, 2009) **Fundo Rotativo Solidário**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_fomento_financas_rotativos.asp>. Acessado em: 25 mar. de 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, (MTE, 2007), **Economia solidária: As origens recentes da economia solidária no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acessado em: 03 mar. 2012.

CARTILHA dos Fundos Solidários. **Contribuição sobre histórico, constituição e gestão**. Porto Alegre – RS. Publicação: ago. 2012.

CENTRO do Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS). **Projeto Fortalecimento de Grupos Produtivos e Solidários no Município de Quixadá**. Quixadá, agosto de 2010.

FABIANE. **Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: Alguns conceitos básicos**. Administradores.com – o portal da administração. Publicado em: 05 ago. 2007 Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/pesquisa-qualitativa-exploratoria-e-fenomenologica-alguns-conceitos-basicos/14316/>>. Acessado em: 27 set. 2012

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária uma abordagem internacional*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004. Apud REIS, T. A. **A Sustentabilidade Em Empreendimentos Da Economia Solidária: pluralidade e interconexão de dimensões**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. 217f. Disponível em:<http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_arquivos/10/TDE-2008-08-11T085326Z-687/Publico/Dissertacao%20Tatiana%20Araujo%20Reisseg.pdf>. Acessado em 09 jul. 2012

IPECE. **Perfil Básico Regional 2013: Macrorregião Sertão Central**. Fortaleza, 2013. Disponível em http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/Perfil_Regional_R5

_Sertao_Central2013.pdf. Acessado em 05 maio 2014.

LIMA, M. M. F. de. **Projeto de economia solidária no BNB:** subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FRD). Série BNB Teses e Dissertações nº 19. Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, M. do S. de L.; DUQUE, G. **Comunidade Rural E Cooperação Entre Camponeses:** um estudo a partir dos fundos rotativos solidários. Paraíba, [2006?] Paraíba. Disponível em:<<http://ebookbrowse.com/29-gt-maria-do-socorro-de-lima-oliveira-ghislaine-duque-doc-d282307735>>. Acessado em: 09 mai. 2012.

RAHMER, Barbara Schmidt. **O que é um fundo solidário.** Brasília, 2009. Membro do Comitê Gestor Fundos Solidários. Disponível em:<http://www.vencerjuntos.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=98>. Acessado em: 09 mai. 2012.

REIS, T. A. **A Sustentabilidade Em Empreendimentos Da Economia Solidária:** pluralidade e interconexão de dimensões. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. 217f. Disponível em:<http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_arquivos/10/TDE-2008-08-11T085326Z-687/Publico/Dissertacao%20Tatiana%20Araujo%20Reisseg.pdf>. Acessado em 09 jul. 2012

ROCHA, José Camelo da; COSTA, José Waldir de Sousa. **Fundo rotativo solidário:** instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido. Revista Agriculturas - v. 2 – nº 3 - Paraíba, outubro 2005. Disponível em (PDF): <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/3-gerando-riquezas-e-novos-valores/fundo-rotativo-solidario-instrumento-de-promocao/at_download/article_pdf>. Acessado em: 21 abr. 2012.

SANTOS FILHO, C. (2010) **Fundos rotativos solidários:** Dilemas, avanços e esperanças de uma política pública inclusiva no marco da economia solidária no Nordeste do Brasil. Fortaleza. Disponível em: <<http://criseoportunidade.wordpress.com/2010/01/22/fundos-rotativos-solidarios-dilemas-avancos-e-esperancas-de-uma-politica-publica-inclusiva-no-marco-da-economia-solidaria-no-nordeste-do-brasil-claricio-dos-santos/>>. Acessado em: 29 mar. 2012.

SINGER, P. Economia solidária: possibilidades e desafios. **Revista proposta**, Rio de Janeiro, n.88/89, p.44-58, mar./ago. 2000. Disponível em: LIMA, M. M. F. de. **Projeto de economia solidária no BNB:** subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FRD). Série BNB Teses e Dissertações nº 19. Fortaleza, 2010.

SINGER, P.; SOUZA, A.R de (Org.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. _____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. In: LIMA, M. M. F. de. **Projeto de economia solidária no BNB:** subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FRD). Série BNB Teses e Dissertações nº 19. Fortaleza, 2010.

SINGER, Paul. Economia solidária. Entrevista. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, n. 22. p. 289, 2008. _____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p. *Apud* MOTA, J. R. D. (2009) **Políticas Públicas e**

Economia Solidária: avaliação do projeto sementes da solidariedade. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009. 96f. Disponível em: <<http://wpmapp.oktiva.com.br/wpmapp/files/2010/01/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Rubens-v-final-040909.pdf>>. Acessado em: 29 ago. 2012.

TEIXEIRA, Matheus Benedito Moreira. HIGUCHI, Agnaldo Keiti. **O Caso do Crédito Rotativo Solidário da APJ de Teófilo Otoni-MG:** os impactos nos empreendimentos participantes e na organização concedente do crédito. V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Florianópolis/ SC, 26 a 28 de maio de 2011. Disponível em: <<http://anaisenapegs2011.cariri.ufc.br/dmdocuments/p8.pdf>>. Acessado em 25 ago. 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre : Editora Bookman, 2001.